

## VELHAS E NOVAS QUESTÕES DA HABITAÇÃO NO BRASIL: UM SERVIÇO SOCIAL CRÍTICO PARA UM PROBLEMA SOCIAL CRÍTICO

*Fabício André de Almeida Linhares<sup>1</sup>*

**Resumo:** Apontamos elementos do problema habitacional brasileiro no seio da Questão Social, demonstrando o esforço histórico da escola brasileira de Serviço Social em se construir ao longo das últimas sete décadas. A partir de um recorte da questão social, definido no problema da habitação, apresento uma análise deste, buscando, quando possível, conexões com o desenvolvimento da escola de Serviço Social no Brasil. Foi empregado o uso de categorias próprias do método Materialista, Histórico e Dialético, intercalando-se no texto as questões referentes ao recorte que fizemos, do problema habitacional brasileiro, com o desenvolvimento da escola de Serviço Social no Brasil, ora priorizando uma vertente, ora outra, mas sempre que possível, buscando compreender relações existentes entre elas.  
Palavras-chave: Habitação; trabalho, fundamentos do serviço social.

### **Abstract:**

We point out elements of the Brazilian housing problem within the Social Question, demonstrating the historical effort of the Brazilian school of Social Service to build itself over the last seven decades. From a section of the social issue, defined in the housing problem, I present an analysis of this, seeking, when possible, connections with the development of the school of Social Work in Brazil. He was responsible for using categories specific to the Materialist, Historical and Dialectical method, interspersing in the text questions relating to the section we made, of the Brazilian housing problem, with the development of the school of Social Service in Brazil, sometimes prioritizing one aspect, sometimes another, but whenever possible, seeking to understand the relationships between them.

**Keywords:** Housing; work, fundamentals of social work.

### **INTRODUÇÃO**

É conhecido que o problema habitacional brasileiro é grave. Não é necessário expor dados. A necessidade de morar cria a demanda para a classe à qual a casa é um incomensurável valor de uso – a classe que vive do trabalho. Por outro lado, a mesma necessidade cria também uma significativa demanda para a classe capitalista, na medida em que para esta, a casa é potencialmente<sup>2</sup> um relevante valor de troca.

---

<sup>1</sup> Doutorando no Programa de Pós Graduação em Serviço Social da Faculdade de Serviço Social da Universidade Federal de Juiz de Fora - UFJF

<sup>2</sup> Afirimo *potencialmente* porque a massa trabalhadora, em grande parte, ainda utiliza da autoconstrução, estando boa parte da produção habitacional ainda fora da esfera de valorização do Capital.

O que se apura historicamente, é que o Estado tende a intervir nesta questão através das políticas sociais ou políticas habitacionais. Como a questão apresenta-se, ainda que de formas diferentes para as duas classes, é preciso que o Estado decida sobre qual demanda concentrará seus esforços; se no atendimento às necessidades que justificam o valor de uso, ou aquelas necessidades que requerem a realização do valor de troca.

Para atender às demandas do Capital, o Estado age criando meios que garantem a conversão destes bens de uso (residências) em mercadorias<sup>3</sup>. O fato de morar representar reconhecido valor de uso, não faz da casa, por si só, uma mercadoria. Para cumprir com este objetivo é necessário modificar a forma de produzi-la bem como as formas de propriedade sobre ela.

Esta mudança ocorreu em todo o mundo, entre o final da década de setenta e ao longo da década de oitenta, com o “início de uma série de políticas de desmonte dos componentes institucionais básicos que sustentavam os arranjos dos Estados de Bem-Estar Social” (Rolnik, 2015, p. 34). As políticas habitacionais, em geral, nem sempre privilegiaram a propriedade privada. Esta mercantilização surge no mundo quando as políticas públicas deixam de abordar a habitação como um bem social. Nos países em que vigorou o Estado de Bem Estar Social, priorizou-se o acúmulo de um grande estoque público habitacional e programas de moradia que garantiam o aluguel social. Os recursos destinados a tais programas foram aos poucos estancados (Rolnik, 2015) e grande parte do estoque público de habitações foi privatizado e até mesmo demolido para garantir a mercantilização da moradia.

No seio do esforço político/econômico para mercantilizar a moradia, há um enorme problema; comum para ambas as classes: Em geral, a classe trabalhadora não pode pagar pelo valor total de uma casa. Este problema de cunho econômico se equivale em grandeza ao problema social da habitação pela particularidade desta mercadoria: muitas pessoas não podem comprar um carro ou um barco, mas isto não gera um problema social. O valor de uso da casa é peculiar, não satisfazer à necessidade de morar cria um dos maiores problemas sociais que conhecemos, o problema da moradia.

Sob esta batuta, o financiamento surge, assim como no caso de outras mercadorias, como o *trufo* que poderia solucionar o problema. Novamente, as peculiaridades deste produto implantam novas barreiras ao consumo: A massa trabalhadora brasileira não pode pagar as prestações destes imóveis com as taxas de juros praticadas no mercado financeiro. Esse

problema reside também no fato de que esta não é uma mercadoria qualquer<sup>3</sup>. Além de demandar uma extraordinária quantidade de trabalho humano para sua produção, a casa agrega valores decorrentes da distribuição do valor em renda fundiária, a renda da terra. Além de pagar pelo valor produzido, o trabalhador tem de pagar pelo direito a ocupar determinada porção do território. “Nessa sociedade, a mercadoria é o caráter predominante e determinante dos produtos” (Iamamoto, 2001, p. 13), mas isso não significa que, fora da esfera capitalista da produção de mercadorias, a massa trabalhadora seja por completo impedida de morar, cabendo a ela, em cooperação interna, satisfazer a esta necessidade; como tem ocorrido no Brasil ao longo da história, pelo menos até o atual programa Minha Casa Minha Vida, através da autoconstrução e da construção artesanal.

Esta realidade, conforme demonstraremos, se impõe às políticas do Estado brasileiro, não apenas para a questão da habitação, mas também para as políticas econômicas e urbanas, reverberando, como veremos, no Serviço Social praticado no país. Estas políticas (em particular a habitacional), não apenas influenciam as práticas profissionais e todo o campo de trabalho do Serviço Social, mas também contribuem com o acúmulo de experiências que resultam nas constituições teóricas do fazer do assistente social.

## II- O SERVIÇO SOCIAL E O PROBLEMA HABITACIONAL NO PERÍODO DITATORIAL

No Brasil, apenas em 1964, alguns meses após o golpe militar, a propriedade privada se torna central na política pública para a habitação (Rolnik, 2015). Um marco deste momento é a frase proferida pela então deputada Sandra Cavalcanti<sup>4</sup>, em uma carta que a mesma escreve para o então presidente Castelo Branco: “A Casa própria faz do trabalhador um conservador de direita, defensor da propriedade privada”. Este conceito, casa própria, passa

---

<sup>3</sup> Marx, no prefácio da 1ª Edição do livro I de O Capital, afirma que a mercadoria é a célula econômica da sociedade burguesa; é a forma que reveste o produto do trabalho (Marx, 1994, p. 4).

<sup>4</sup> Foi secretária de Serviço Social do então governador do Rio de Janeiro, Carlos Lacerda e acusada de “higienizar” os bairros da zona sul carioca em processos de remoção de favelas. Em meados da década de 60, filiou-se à Aliança Renovadora Nacional (ARENA), sendo nomeada a primeira presidente do Banco Nacional da Habitação (BNH).

a ser fundamental para a expansão do capital imobiliário residencial. A partir de 1964 o Assistente Social se torna elemento chave neste esforço, pois

a atuação dos assistentes sociais se focava no acompanhamento aos trabalhadores, desde a constituição das cooperativas habitacionais, execução das obras, até a mudança para os novos conjuntos habitacionais [...] Neste período houve a retomada da remoção de favelas, encabeçada pelo Estado, em várias cidades brasileiras, e os assistentes sociais também se fizeram presentes, sem criticar as manobras de expulsão forçada da população favelizada. (Nalin, 2013, p. 141).

Assinala Netto (2009) que Ora, Ao longo de todo o ciclo ditatorial, incontável contingente de assistentes sociais apoiou-o abertamente (seja por convicções, seja por oportunismo); inúmeros assistentes sociais assumiram – por indicação política – cargos e postos de responsabilidade em órgãos estatais e públicos; vários assistentes sociais assessoraram serventúrios da ditadura e alguns foram mesmo distinguidos pelo regime e seus corifeus. É fato que o grosso da categoria profissional atravessou aqueles anos terríveis sem tugar nem mugir. Nada é mais falso do que imaginar queo nosso corpo profissional (nele incluídos, naturalmente, docentes e discentes) foi um coletivo de perseguidos ou um corajoso destacamento da resistência democrática (Netto, 2009, p. 29).

Os assistentes sociais, desde a gênese da profissão, foram historicamente requisitados pela classe dominante para exercer funções de persuasão e coerção sobre as formas de organização dos trabalhadores, impulsionando-os a um processo de adesão frente às configurações do capital (Paula, 2021, p. 183).

Contudo, o Serviço Social dava seus primeiros passos a caminho de um programa coerente e consolidado à realidade da profissão. Entre 1961 e 1964, nos conta Batistoni, a Universidade Católica de Minas Gerais (UCMG)

[...] busca sua modernização pelo fluxo da interlocução com as Ciências Sociais e Humanas no currículo [...] a escola passou a encampar como atividade curricular as práticas vinculadas ao Movimento de Educação de Base (MEB) impondo-se o estudo da pedagogia de Paulo Freire [...] como se conhece, essas foram práticas profissionais geradoras da erosão do Serviço Social tradicional no Brasil, interrompido com o golpe de 1964 (Batistoni, 2021, p. 79).

Ao irromper na esfera governamental, a ditadura militar-empresarial conteve de forma violenta este movimento<sup>5</sup>, e interferiu diretamente na atuação de profissionais e estudantes.

---

<sup>5</sup> De acordo com Batistoni, o regime reprimiu duramente a vanguarda do Serviço Social brasileiro que resistia e buscava quebrar a linha de frente do conservadorismo. Relatam-se prisões, invasões de escolas, silenciamento e medo (Batistoni, 2021, p. 80).

“Dessa mudança decorreu a retração dos campos de estágio em comunidades e sua ampliação em instituições públicas de política social, em especial na política habitacional, que se tornou um espaço inusitado de estágio acadêmico e atuação profissional” (Batistoni, 2021, p. 81). Em resposta, a sufocada ala crítica do Serviço Social, através da Escola Católica de Serviço Social de Minas Gerais,

[...] respondeu a essa nova demanda, reconduzindo para os campos de habitação popular (área na qual acumulava experiências através dos estágios, desde 1950) alunas(os) remanescentes das práticas no MEB e de outras experiências em comunidade, revelando uma alternativa paradoxal, pois gerou um campo fértil de questionamentos e renovação prática (Batistoni, 2021, p. 81).

Ao mesmo tempo em que combatia com violência as tendências críticas do Serviço Social, o regime militar buscou “promover e consolidar o projeto profissional modernizador, compatível e funcional ao projeto da autocracia burguesa” (Portella, 1992, p. 223). Esse projeto burguês tinha aos fundos “o esgotamento do padrão de acumulação que, consolidado desde o segundo governo de Vargas (1951-1954), marcava a dinâmica da economia do país: exauria-se o que alguns estudiosos designaram por ‘substituição de importações’ (Netto, 2009, p. 18).

A indústria da habitação de forma alguma escapa a este contexto:

[...] a industrialização restringida passa a ceder o lugar à industrialização pesada, implicando um novo padrão de acumulação. O modelo de desenvolvimento emergente supunha um crescimento acelerado da capacidade produtiva do setor de bens de produção e do setor de bens duráveis de consumo e, notadamente, um financiamento que desbordava as disponibilidades do capital privado (nacional) e estrangeiro já investidos no país (Netto, 2009, p. 18).

Neste cenário, desde 1964 o Estado brasileiro vem intervindo no problema habitacional através das políticas de financiamento, que em suma, tem praticamente resumido a aplicação de políticas habitacionais. O Estado tem atuado como agente financeiro para a produção industrial e compra de imóveis, tendo como foco, não a produção de casas para atender à demanda da classe trabalhadora por moradia, mas a de mercadorias para produção de valor.

Ora, “a dimensão política da profissão não se confunde nem com política pública e muito menos com partidos políticos. Também não se identifica com as relações de poder entre

governados e governantes” (Iamamoto, 2007, p. 229) e a partir de meados da década de setenta é retomado o movimento de ruptura com o “lastro liberal conservador que preside as origens e desenvolvimento do serviço social na região” (Iamamoto, 2019, p. 35).

Uma das mais importantes dimensões deste movimento se expressa no projeto da Escola de Serviço Social da Universidade Católica de Minas Gerais formulado na primeira metade dos anos 70.

[...] Ali se elaborou o conhecido Método de Belo Horizonte e se efetivou uma original reestruturação curricular da formação profissional, ainda desconhecida — expressões do desenho abrangente, alternativo e global de um projeto acadêmico e profissional que inaugurou a trajetória da intenção de ruptura com os marcos do tradicionalismo no Serviço Social no Brasil (Iamamoto; Santos, 2021, p. 72).

Cabe uma breve análise conjuntural: em 1974, o general Ernesto Geisel é escolhido pelos militares para assumir a presidência do país, e a linha dura do governo começa gradativamente a perder força. Contraditoriamente o inverso se pôde observar para o restante da América Latina, com eclosão de ditaduras e regimes ainda mais rígidos que o brasileiro.

No Brasil, ainda na década de 70, os movimentos sociais e sindical começam a refluir no território. “O acúmulo político e intelectual presente em diversas frentes profissionais ligadas às organizações populares e trabalhistas, além de escolas progressistas de Serviço Social [...] permitiu transitar no avanço do debate da ação profissional” (Elpídio, 2021, p. 278–279).

Em 1984, a crise econômica coloca fim à já decadente política habitacional alicerçada no BNH. As taxas de juros atingiram níveis estratosféricos gerando uma inadimplência generalizada, uma vez que as prestações subiam muito mais que os salários; exigindo-se a criação de um fundo de compensação para cobrir a diferença entre as taxas de juros praticadas no mercado e a correção salarial. Através do decreto-lei 2.291/84, o então presidente José Sarney extingue o banco, passando parte de suas atribuições para a Caixa Econômica Federal. O programa social que nasceu no emergir da ditadura, e que em grande parte lhe deu sustentação econômica, política e social durante sua vigência, pereceu às vésperas de seu completo naufrágio. No entanto, nos compete compreender que este decurso, em grande parte, coincidiu com o período de declínio da hegemonia da ala conservadora do Serviço

Socialbrasileiro, com a ascensão de tendências marxistas, e interlocução com outras áreas do conhecimento. Em nota, explica Batistoni (2021):

A área habitacional demandava uma modalidade de atuação de grande funcionalidade para o regime. No entanto, configurou-se como escoadouro das tensões sociais, para o qual convergiram assistentes sociais numa atividade comunitária peculiar, consolidando-se na conhecida experiência dos Instituto Nacional de Orientação às Cooperativas Habitacionais (Inocoops) e adotando as referências da proposta metodológica da Escola em Belo Horizonte e, em seguida, no Rio de Janeiro e em São Paulo. Esse espaço foi nucleador de algumas das lideranças da reorganização sindical da categoria profissional nos três estados mencionados, cuja manifestação pública de oposição à ditadura e ao tradicionalismo profissional se deu no III Congresso Brasileiro de Assistentes Sociais, o “Congresso da Virada”, ocorrido em São Paulo em 1979 (Batistoni, 2021, p. 81).

## **HABITAÇÃO E SERVIÇO SOCIAL NA NOVA ORDEM DEMOCRÁTICO-BURGUESA**

O ano de 1979 é de fato o ano da virada. A lei da anistia, aprovada pelo congresso e sancionada pelo presidente Figueiredo em vinte e oito de agosto, embora tenha desonerado os crimes cometidos pelos militares desde o golpe, permite um reagrupamento da esquerda como relaxamento das perseguições e retorno de boa parte da vanguarda, da arte/cultura aos movimentos sindicais/políticos.

Um mês após a anistia, acumuladas as experiências das atividades próprias da profissão, como as intervenções na área habitacional, particularmente através dos Inocoops, asexperimentações da Escola de Belo Horizonte e também o próprio “processo de renovação, marcado pela busca da ruptura com o tradicionalismo” (Mota; Rodrigues, 2020, p. 200); ocorre em São Paulo, em fins de setembro, o III Congresso Brasileiro de Assistentes Sociais (CBAS), o congresso da virada, reconhecidamente episódio histórico cujo legado até os dias atuais subsidia a luta interna do Serviço Social por teorias e práticas aliadas aos interesses de classe de seus usuários.

O que decorre, de modo geral, dos processos e viradas pós 79, entre os quais se incluem, e porque não, aqueles ligados ao legado do Serviço Social brasileiro, é a queda formal do regime autocrático e reestabelecimento da democracia burguesa, a partir da constituinte de 1988. Todavia, o movimento da história é espiral, sendo, portanto, improvável sua repetição. O modelo de Estado que se implanta a partir daí, certamente traz consigo novos traços que o distingue da realidade brasileira anterior ao golpe.

Linhares (2019)<sup>6</sup> aponta o novo empenho do Estado burguês pós 88: uma voracidade nunca antes vista em garantir produtividade ao trabalho ainda improdutivo no território brasileiro. Esse alcance se atingiu com a viabilização da investida do capital sobre a máquina pública, fosse através das privatizações, fosse através das terceirizações no setor; mas agora, se faz necessário demonstra-lo na política habitacional pós 2009, com a industrialização da produção residencial voltada para a massa trabalhadora, até então baseada majoritariamente na cooperação, no artesanato, no trabalho independente e na autoconstrução.

A eleição de Fernando Collor em 1989 golpeou duramente a esperança de um projeto popular de Estado, idealizado pelo movimento progressista em curso, em parte, já acusado neste artigo. Por mais de uma década, Collor e seus sucessores alimentaram o avanço do Capital sobre o trabalho improdutivo. Apenas para se mensurar a dimensão deste avanço, sem contabilizar as grandes privatizações como as da Companhia Siderúrgica Nacional (CSN) e da Vale do Rio Doce; em 1998, através da Lei Federal nº 9.632/98 o presidente Fernando Henrique Cardoso colocou em extinção, nada menos que 79.930 cargos do serviço público em todo Brasil. Estes cargos foram gradativamente ocupados por trabalhadores vinculados à iniciativa privada<sup>7</sup> (Linhares, 2019).

Neste cenário, a Escola de Serviço Social brasileira, ainda colhia os frutos do acúmulo decorrente do período anterior. A onda neoliberal do imediato pós 88 apenas surte efeito na dimensão ídeo-política da intervenção profissional do assistente social anos mais tarde. Em 2009, escreve Paula: “Vimos percebendo, nos últimos anos, um acúmulo crescente de críticas em relação à direção social da profissão. E estas críticas frequentemente referem-se às pretensas lacunas deixadas por ela no campo da prática profissional” (Paula, 2009, p. 54). Na realidade, “do ponto de vista neoliberal, defender e implementar esse projeto ético-político é sinal de ‘atraso’ ou andar na contramão da história” (Netto, 2009, p. 19)

Assim, em 1996, o Serviço Social brasileiro ainda pôde avançar na construção de um projeto profissional coerente com a realidade em que opera. Segundo a ABEPSS, entre 1994 e 1996 ocorreram diversos momentos envolvendo a comunidade acadêmica e profissional, em

---

<sup>6</sup> Dissertação apresentada ao Programa de Pós-graduação em Geografia, da Universidade Federal de Juiz de Fora em 2019 intitulada “Espaço (im) produtivo e trabalho não docente na Universidade Federal de Juiz de Fora”.

<sup>7</sup> Sendo estes cargos extintos, passaram a ser ocupados por trabalhadores terceirizados à medida que os servidores públicos que os ocupavam aposentavam-se, exoneravam-se ou de qualquer outra forma, deixavam os cargos que ocupavam.



um amplo e democrático debate, que culminaram na elaboração das diretrizes curriculares (Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social, c2024).

Segundo Escurra e lamamoto (2020), as diretrizes curriculares têm em sua centralidade a *Questão Social* e o *trabalho*. “A ‘Questão Social’ é compreendida como o conjunto da expressão de desigualdades e de lutas sociais, em suas múltiplas manifestações, constituindo o objeto ou a ‘matéria’ sobre o qual incide o trabalho do assistente social” (Escurra; lamamoto, 2020, p. 94).

De meados da década de oitenta até final dos anos dois mil, afóra a elaboração do Plano Nacional da Habitação (PlanHab), já em 2005, o Estado brasileiro praticamente se absteve de encampar políticas públicas para a habitação, salvo casos isolados nos estados e algumas medidas de pouco alcance dos governos federais. Isso não significa que a massa trabalhadora não tenha, neste período, produzido heroicamente suas casas; inclusive, o déficit habitacional pouco variou em relação ao período posterior até o Estado brasileiro implementaro Programa Minha Casa Minha Vida (PMCMV). Aliás, o déficit aumentou, como resultado desta política<sup>8</sup>.

O Programa Minha Casa Minha Vida, instituído no ano de 2009, implementado pela presidente Dilma Rousseff, mas apresentado por seu antecessor Lula da Silva, foi criado sob o argumento de combate ao déficit habitacional, mas esta pesquisa aponta que o programa parece certrar-se na captura do trabalho humano em favor de grupos de indivíduos proprietários de capital. É esta a cena em que o MCMV prometeu investir e produzir valores recordes no mercado de produção imobiliária. E cumpriu com o prometido.

De fato, até 2020 foram injetados quase 230 bilhões de reais em subsídios para produção de unidades habitacionais, além da redução da carga tributária para as empresas construtoras (Brasil, 2020). O valor produzido é inquestionável. O valor investido pelo MCMV é valorado pelo trabalho de construção das unidades e apropriado por empreiteiras e bancos. Este trabalho, (de produzir casas) não nasceu a partir do programa, ele já existia e já produzia valor de uso, de tão expressiva monta, que, como dissemos, o déficit habitacional pouco variou em comparação com o período em que o programa vigora. Sim, “apenas a auto

---

<sup>8</sup> Embora se tenha produzido mais de 5 milhões de unidades habitacionais entre 2009 e 2019 (Brasil, 2020), o déficit habitacional não encolheu, pelo contrário, aumentou de 5,45 milhões de residências para 5,88 milhões no período entre 2008 e 2019. Informações obtidas na Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD) do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) em 2008 e 2019.

construção da moradia (com seus diversos graus de precariedade legal e urbana) conseguiu produzir habitação para famílias de baixa renda numa quantidade capaz de alterar a paisagem das periferias brasileiras” (Baravielli, 2014, p. 10). Entretanto este trabalho não produzia valor para o capital, embora lhe fosse útil, o que passou de fato a acontecer a partir da implementação do Minha Casa Minha Vida.

Não fosse um detalhe, não haveria nenhuma anomalia neste processo de produção de valor, nem mesmo essa cooptação do trabalho improdutivo (do pedreiro, por exemplo) para o circuito de produção de mercadorias do Capital. Todos sabem que o capitalismo sempre encontrou novos mercados. O detalhe é que no caso do MCMV, o capital inicial privado é em grande parte constituído com recursos públicos. Os imóveis começam a ser pagos com recursos do Fundo de Garantia por Tempo Serviço e do Orçamento Geral da União ainda na fase de execução dos projetos. Na prática, os valores migram da esfera da distribuição (Estado) para a esfera produtiva (Construtoras), para que, através do trabalho industrial, resultem mais-valor.

A história apresenta muitos modelos de políticas habitacionais (Rolnik, 2015); políticas que deveriam ser debatidas nos espaços voltados à assistência social de onde poderiam surtir bons resultados se comparados aos programas BNH e MCMV; aliás, em termos de déficit habitacional, os modelos não se comprovaram mais eficientes que os poucos investimentos aplicados no período entre ambos. O problema da moradia em si, indica Engels, é estrutural no capitalismo: “enquanto existir o modo de produção capitalista, será loucura querer resolver isoladamente a questão da moradia ou qualquer outra questão social que afete o destino dos trabalhadores” (Engels, 2015, p. 108). Entretanto, Linhares (2019), já demonstrou que as relações de trabalho com o Estado são mais amenas para o trabalhador que a relação Capital-Trabalho. Penso que para o Trabalho, a revés do Capital, seria melhor que o quase terço de trilhão de reais investidos com recursos públicos no MCMV assegurassem uma produção estatal.

Penso que o Trabalho deveria estar no centro do debate de todas as políticas públicas, e nenhuma política pública deveria ser implementada sem que se tenha por princípio os melhores efeitos possíveis para os trabalhadores que a executam. O mecanismo de produção de valor, criado pelo MCMV não é o melhor para o trabalhador que irá produzir a nova casa,

nem mesmo para o assistente social que deveria conduzir os processos de implementação das políticas habitacionais.

Um estudo realizado pelo próprio Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA)<sup>9</sup> aponta que

Desde 2009, o Programa Minha Casa Minha Vida (MCMV) assumiu a maior parte da provisão habitacional de interesse social no Brasil, operando fora do marco do Fundo Nacional de Habitação de Interesse Social (FNHIS) e colocando em segundo plano, como orientador da política habitacional para as famílias de mais baixa renda, o Plano Nacional de Habitação (PlanHab). Este trabalho traz a hipótese de que o MCMV não seja orientado pelo enfrentamento do déficit habitacional, segundo princípios, diretrizes, critérios e formas de atendimento elencados pelo PlanHab, respondendo mais a estratégias de alavancagem do desenvolvimento econômico do país (Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada, 2013, p. 5).

É necessário apurar qual a participação efetiva dos profissionais assistentes sociais neste programa que foge às orientações originais do Plano Nacional de Habitação, desvinculando-se de suas diretrizes e principalmente das *formas de atendimento* por ele elencadas. Há de se sugerir que a nova política industrial-habitacional, que privilegia a produção de mercadorias fetichizadas em favor de relações entre coisas, abstendo-se de planejamentos e ações, pensadas e executadas à luz das particularidades de indivíduos, famílias, grupos e lugares; tenha pouco a requerer destes profissionais. Se no período BNH, ainda que de forma contraditória, o serviço social atendia, orientava e organizava os novos mutuários, no MCMV o usuário não se depara mais com o assistente social, e sim com o corretor de imóveis precariamente contratado pela construtora.

O caráter contraditório das políticas sociais não pode ser subestimado porquanto viabiliza o acesso a direitos conquistados pelas lutas históricas da classe trabalhadora, mesmo que na atual conjuntura sociopolítica brasileira, as políticas sociais estejam se distanciando crescentemente da perspectiva de universalização, transformadas em mercadorias à venda no mercado, como é o caso da saúde e da educação, ou inseridas na lógica do consumo e do endividamento da classe trabalhadora, como é o caso do Programa Minha Casa Minha Vida (Raichelis, 2018, p. 27).

---

<sup>9</sup> Vinculado à Secretaria de Assuntos Estratégicos da Presidência da República.

Malgrado, vê-se, na atualidade, o avanço de concepções conservadoras no interior do Serviço Social (Fernandes, 2021), sob as quais tende-se a naturalizar a coisificação das relações sociais e suas consequências. Mas as análises acima reforçam o lugar do assistente social no mundo do trabalho como categoria profissional, na medida em que desnuda sua atuação, repleta de contradições como em qualquer profissão, mas além de necessária, também sujeita à precarização, ao desemprego, à terceirização, à alienação, ao comprometimento da autonomia relativa e a todas as formas possíveis de domínio e exploração capitalista. Esta leitura se mostra nítida “sob a base da perspectiva crítico-dialética de matriz marxiana em que se ergue o Projeto Ético-Político, de onde se estruturam os princípios ético-políticos vigentes, onde se assenta a direção social estratégica colocada para a prática profissional” (Silveira Júnior, 2016, p. 178).

## CONCLUSÕES

A primeira conclusão que se pode abstrair da pesquisa é a confirmação do peso da questão habitacional sobre a questão social no Brasil (mas não exclusivamente nele). Nesta ceara, a habitação figura com destaque nas políticas sociais de Estado e por conseguinte no trabalho do assistente social. Em segundo lugar, confirmou-se ao longo do breve estudo que há um entrelaçamento entre o dever do Serviço Social Brasileiro e as políticas de Estado voltadas para a questão habitacional em uma perspectiva histórica. Demonstrou-se de forma suficiente que há influências da questão habitacional sobre a conformação dos fundamentos teóricos e metodológicos que norteiam a categoria.

A literatura sobre a questão habitacional, produzida em diversas áreas do conhecimento, é rica na tentativa de explicar, demonstrar ou compreender a questão habitacional, mas muitas vezes é pobre por não conseguir visualizar suas bases materiais. Os dados sociais, apesar de muito importantes, somente podem explicar o problema em sua superficialidade. De forma semelhante, assinala Maricato:

Os estudos que têm como objeto o urbano, a habitação, o financiamento e a terra, raramente incorporam o tema da construção em seu escopo. [pelo contrário] (...) a maior parte das pesquisas sobre habitação se dão no contexto da esfera do consumo, dimensionando-o e qualificando-o. O Estado e as políticas públicas ocupam um papel central no conjunto desses trabalhos. Embora eles forneçam um quadro importante sobre a carência de moradias, a segregação territorial, a exclusão social e as políticas institucionais, ignoram, frequentemente, a centralidade da produção na determinação do ambiente construído (Maricato, 2009, p. 33).

Mesmo quando há avanço na literatura, a questão material que tange o problema se limita ao debate acerca da especulação imobiliária ou à renda fundiária, quando além, ao aspecto da financeirização da habitação, mas sem elencar especificamente os elementos materiais que tangem o trabalho e a produção residencial. Neste sentido, o presente artigo buscou extrapolar estes limites abordando a questão em um aspecto crucial: a casa é potencial ou efetivamente uma mercadoria de elevado valor, na medida em que sua edificação demanda extraordinário consumo de trabalho, gerador de mais valor em sua produção. Esta pesquisa demonstrou que, no Brasil, esta potencialidade, de transformar a casa em uma mercadoria de elevado valor, centraliza as políticas habitacionais adotadas desde 1964.

Assim, o presente artigo evidencia também o envolvimento da categoria Assistente Social com a questão social, para além do que superficialmente se pode observar nas políticas sociais voltadas para a área habitacional.

## REFERÊNCIAS

- ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE ENSINO E PESQUISA EM SERVIÇO SOCIAL. **Diretrizes curriculares da ABEPSS**. c2024. Disponível em: <https://www.abepss.org.br/diretrizes-curriculares-da-abepss-10>. Acesso em: 1 fev. 2024.
- BATISTONI, M. R. Aproximações à tradição marxista no projeto da Escola de Serviço Social de Belo Horizonte: problematizações necessárias. In: IAMAMOTO, M. V.; SANTOS, C. M. (Org). **A história pelo avesso: a reconceitualização do serviço social na América Latina e interlocuções internacionais**. São Paulo: Cortez, 2021. p. 71–94.
- BARAVIELLI, J. E. **Trabalho e Tencologia no Programa MCMV**. 226f. Tese (Doutorado em arquitetura). Universidade de São Paulo. 2014. Disponível em [https://teses.usp.br/teses/disponiveis/16/16137/tde-17062015-102658/publico/Jose\\_Baravelli\\_DO.pdf](https://teses.usp.br/teses/disponiveis/16/16137/tde-17062015-102658/publico/Jose_Baravelli_DO.pdf) Acesso em 09 mar. 2024.

BRASIL. Ministério da Economia. Secretaria Especial de Fazenda. Secretaria de Avaliação, Planejamento, Energia e Loteria. **Programa minha casa minha vida**: relatório de avaliação. Brasília: Ministério da Economia, 2020. Disponível em: <https://www.gov.br/cgu/pt-br/assuntos/noticias/2021/04/cgu-divulga-prestacao-de-contas-do-presidente-da-republica-de-2020/relatorio-de-avaliacao-pmcmv.pdf>. Acesso em: 7 fev. 2023.

ELPÍDIO, M. H. Preparando a “virada”: a contribuição do CELATS no redimensionamento da organização e formação profissional do serviço social brasileiro. In: IAMAMOTO, M. V.; SANTOS, C. M. (Org). **A história pelo avesso**: a Reconceituação do Serviço Social na América Latina e interlocuções internacionais. São Paulo:Cortez, 2021. p. 271–293.

ENGELS, F. **Sobre a questão da moradia**. São Paulo: Boitempo, 2015.

ESCURRA, M. F.; IAMAMOTO, M. V. Serviço social e trabalho do assistente social: revisitando o debate histórico-crítico. In: MELO, A. I. S. C.; CARDOSO, I. C. C.; FORTI, V. L. (Org). **Trabalho, reprodução social e serviço social desafios e utopias**. Uberlândia: Navegando, 2020. p. 93–116. Disponível em: <https://www.editoranavegando.com/livro-trabalh-reprodu%C3%A7%C3%A3o-social>. Acesso em: 30 jan. 2024.

FERNANDES, L. D. S. Reatualização do conservadorismo no serviço social: entre a proposta de reforma profissional e as estratégias de enfrentamento à questão. In: JORNADA INTERNACIONAL DE POLÍTICAS PÚBLICAS, 10., 2021, São Luís. **Anais [...]**. São Luís: UFMA, 2021. Disponível em: [https://www.joinpp.ufma.br/jornadas/joinpp2021/images/trabalhos/trabalho\\_submissaold\\_978\\_978612d2efecdd\\_2d.pdf](https://www.joinpp.ufma.br/jornadas/joinpp2021/images/trabalhos/trabalho_submissaold_978_978612d2efecdd_2d.pdf). Acesso em: 28 jan. 2024.

IAMAMOTO, M. V. A questão social no capitalismo. **Temporalis**, Brasília, v. 2, n. 3, p. 9–32, 2001. Disponível em: [https://www.abepss.org.br/arquivos/anexos/temporalis\\_n\\_3\\_questao\\_social-201804131245276705850.pdf](https://www.abepss.org.br/arquivos/anexos/temporalis_n_3_questao_social-201804131245276705850.pdf). Acesso em: 31 jan. 2024.

IAMAMOTO, M. V. **serviço social em tempo de capital fetiche**: capital financeiro, trabalho e questão social. São Paulo: Cortez, 2007.

IAMAMOTO, M. V. O serviço social brasileiro em tempos de mundialização do capital. In: IAMAMOTO, M.V.; YASBECK, M. C. (Org). **Serviço social na história**: América Latina, África e Europa. São Paulo: Cortez, 2019. p. 34–57.

IAMAMOTO, M. V.; SANTOS, C. M. **A história pelo avesso**: a reconceituação do serviço social na América Latina e interlocuções internacionais. São Paulo: Cortez, 2021.

INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA. **Minha casa minha vida, nosso crescimento**: onde fica a política habitacional? Brasília: IPEA, 2013. (Texto para discussão; 1853). Disponível em: [https://repositorio.ipea.gov.br/bitstream/11058/2693/1/TD\\_1853.pdf](https://repositorio.ipea.gov.br/bitstream/11058/2693/1/TD_1853.pdf). Acesso em: 28 jan. 2024.

LINHARES, F. A. A. **Espaço (im) produtivo e trabalho não docente na Universidade Federal de Juiz de Fora**. 2019. 201 f. Dissertação (Mestrado em Geografia)–Universidade Federal de Juiz de Fora, Juiz de Fora, 2019. Disponível em: <https://repositorio.ufjf.br/jspui/bitstream/ufjf/11614/1/fabricioandredealmeidalinhares.pdf>. Acesso em: 29 jan. 2024.

MARX, K. **O Capital**: crítica da economia política. 12. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1994. v. 1 e 2. (Livro 1).

MARICATO, E. **Por um novo enfoque teórico na pesquisa sobre habitação.** Cadernos metrópole, nº 21, Riode Janeiro, Observatório das Metrópolis. 2009.

MOTA, A. E.; RODRIGUES, M. Legado do congresso da virada em tempos de conservadorismo reacionário.

**Revista Katálysis**, Florianópolis, v. 23, n. 2, p. 199–212, 2020. DOI: [10.1590/1982-02592020v23n2p199](https://doi.org/10.1590/1982-02592020v23n2p199)

NALIN, N. M. **O trabalho do assistente social na política de habitação de interesse social: o direito à moradia em debate.** 2013. 250 f. Tese (Doutorado em Serviço Social)–Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2013. Disponível em: <https://repositorio.pucrs.br/dspace/bitstream/10923/5552/1/000452191-Texto%2bCompleto-o.pdf>. Acesso em: 29 jan. 2024.

NETTO, J. P. III CBAS: algumas referências para sua contextualização. In: CONSELHO FEDERAL DESERVIÇO SOCIAL (Org). **30 anos do congresso da virada.** Brasília: Cortez, 2009. p. 15–42.

PAULA, L. G. P. **Dimensão ídeo-política da intervenção profissional do assistente social: o debate teórico sobre sua conformação.** 2009. 185 f. Dissertação (Mestrado em Serviço Social)–Universidade Federal de Juiz de Fora, Juiz de Fora, 2009. Disponível em: <https://www2.ufjf.br/ppgservicosocial/files/2013/04/luciana.pdf>.

Acesso em: 28 jan. 2024.

PAULA, L. G. P. **Estratégias e táticas: reflexões no campo do serviço social.** Curitiba: CRV, 2021.

PORTELLA, M. C. R. **Nas veredas da utopia: a experiência reconceituadora na Escola de Serviço Social da PUC/MG.** 1992. 365 f. Dissertação (Mestrado em Serviço Social)–Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 1992.

RAICHELIS, R. Serviço social: trabalho e profissão na trama do capitalismo contemporâneo. In: RAICHELIS, R.; VICENTE, D.; ALBUQUERQUE, V. (Org). **A nova morfologia do trabalho no serviço social.** São Paulo: Cortez, 2018. p. 25–65.

ROLNIK, R. **Guerra do lugares: a colonização da terra e da moradia na era das finanças.** São Paulo: Boitempo, 2015.

SILVEIRA JÚNIOR, A. A. A cultura pós-moderna no serviço social em tempos de crise. **Temporalis**, Brasília, v. 16, n. 31, p. 167–188, 2016. DOI: [10.22422/2238-1856.2016v16n31p167-188](https://doi.org/10.22422/2238-1856.2016v16n31p167-188)